

O PROFESSOR DE FILOSOFIA: O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO COMO EXPERIÊNCIA FILOSÓFICA*

RENATA PEREIRA LIMA ASPIS**

Ora, a instrução é como a liberdade:
não se concede, conquista-se.

(Jacques Rancière, *O mestre ignorante*)

RESUMO: O ensino de filosofia para jovens na escola justifica-se se esse for o ensino de criação de conceitos que dêem conta de seus problemas. Não há cisão entre filosofia e filosofar. O ensino de filosofia deve ser produção de filosofia como o fazem os filósofos, portanto o professor de filosofia deve ser filósofo. O ensino da disciplina filosófica no pensamento leva à criação de parâmetros filosóficos para o jovem criar a si e ao mundo de forma original e autônoma.

Palavras-chave: Ensino. Formação. Experiência filosófica. Professor. Criação de conceitos.

THE PHILOSOPHY TEACHER: THE TEACHING OF PHILOSOPHY IN HIGH SCHOOL AS A PHILOSOPHICAL EXPERIENCE

ABSTRACT: The teaching of philosophy to youngsters in school is justified if it teaches the creation of concepts that help them to solve their problems. There is no split between philosophy and philosophizing. The teaching of philosophy should be the production of philosophy as taught by philosophers; thus, the teacher of philosophy should be a philosopher. The teaching of the philosophical disci-

* As idéias expostas neste artigo estão desenvolvidas na dissertação de mestrado *Ensino de filosofia para jovens como experiência filosófica*, da autora, com orientação do Prof. Dr. Silvio Gallo, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2004.

** Mestre em educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professora de filosofia no ensino médio. *E-mail:* renaspis@uol.com.br

pline in thought results in producing philosophic parameters which enable the youngster to create to himself and to the world in an original and autonomous way.

Key words: Teaching. Formation. Philosophical experience. Teacher. Creation of concepts.

É bastante possível que aquele que se dedicar a dar aulas de filosofia para jovens no Brasil, hoje, sentirá a necessidade de pensar seriamente no que isso significa antes de sentir-se em condições de decidir o que fazer em suas aulas e como fazê-lo. O contexto que envolve o ensino de filosofia para jovens, na escola, é complexo já que há tantos possíveis objetivos educacionais que podemos atribuir à filosofia, tantos fins filosóficos e as possíveis formas de alcançá-los. Também há a heterogeneidade de realidades da escola a ser levada em conta, e o fato de esse não ser um ensino obrigatório, com limites explícitos – embora já previsto em lei –, torna-se mais um fator problematizável. Talvez aquela prévia reflexão do professor se imponha de forma tão vigorosa justamente pela diversidade de enfoques que podemos ter para esse ensino, a diversidade de maneiras de entendê-lo.

É possível que esse professor pense: para que defendo a filosofia na escola? O que há de específico na filosofia que a faz necessária no currículo dos jovens? Qual filosofia ensinar? Como fazê-lo? Damos aulas de filosofia ou de filosofar? O que é a filosofia? O que é o filosofar? É possível essa separação das duas coisas? Ora, assim aquele professor terá começado a pensar filosoficamente o ensino de filosofia e só isso já pode ser um bom começo.

Não poderíamos dar conta, num artigo, de problematizar todos os pontos abertos que surgem quando pensamos o ensino de filosofia para jovens, vamos, portanto, dar atenção para algumas dessas questões que se colocam propedeuticamente a ele.

Filosofia ou filosofar

Para começar propomos que nos dediquemos à clássica questão que se levanta sobre a cisão entre filosofia e filosofar. É clássico citar Kant quando se pretende defender que não é possível ensinar a filosofia, mas sim a filosofar. Para Kant, a filosofia é um saber que está sempre incompleto, pois

está sempre em movimento, sempre aberto, sempre sendo feito e se revedendo e por isso não pode ser capturado e ensinado: “(...) nunca se realizou uma obra filosófica que fosse duradoura em todas as suas partes. Por isso não se pode em absoluto aprender filosofia, porque *ela ainda não existe*” (Kant, 1983, p. 407). O ato de filosofar, por sua vez, seria composto de passos conscientes na análise e crítica dos sistemas filosóficos, exercitando o talento da razão, investigando seus princípios em tentativas filosóficas já existentes. O autor estaria afirmando a autonomia da razão pura, na interpretação corrente de suas colocações. Lemos em Kant, na conhecida *Crítica da razão pura*: “Só é possível aprender a filosofar, ou seja, exercitar o talento da razão, fazendo-a seguir seus princípios universais em certas tentativas filosóficas já existentes, mas sempre reservando à razão o direito de investigar aqueles princípios até mesmo em suas fontes, confirmando-os ou rejeitando-os”. Pensamos que não podemos dizer que para Kant é possível separar o filosofar da filosofia já que o proposto exercício da razão deve ser feito sobre os sistemas filosóficos. O professor Guillermo Obiols, depois de analisar a passagem citada, conclui:

(...) aprender a filosofar só pode ser feito estabelecendo um diálogo crítico com a filosofia. Do que resulta que se aprende a filosofar aprendendo filosofia de um modo crítico, quer dizer, que o desenvolvimento dos talentos filosóficos de cada um se realiza pondo-os à prova na atividade de compreender e criticar com a maior seriedade a filosofia do passado ou do presente (...). Kant não é um formalista que preconiza que se deve aprender um método no vazio ou uma forma sem conteúdo; tampouco se segue que Kant tivesse avalizado a idéia de que é necessário lançar-se a filosofar sem mais nem muito menos a idéia de que os estudantes deveriam ser impulsionados a ‘pensar por si mesmos’, sem necessidade de se esforçar na compreensão crítica da filosofia, de seus conceitos, de seus problemas, de suas teorias etc. (Obiols, 2002, p. 77)

Daquela interpretação de que Kant estaria afirmando a “autonomia da razão filosofante” se contrapõe geralmente o exemplo de Hegel ao afirmar que quando se conhece o conteúdo da filosofia não apenas se está aprendendo a filosofar mas que já se está filosofando propriamente. Daí que para ele não é possível ensinar filosofia sem ensinar a filosofar, assim como não é possível ensinar a filosofar sem ensinar filosofia. Gallo & Kohan posicionam-se de forma dialética com relação ao problema: “(...) a própria prática da filosofia leva consigo o seu produto e não é possível fazer filosofia sem filosofar, nem filosofar sem fazer filosofia (...) porque a filosofia não

é um sistema acabado nem o filosofar apenas a investigação dos princípios universais propostos pelos filósofos” (Gallo & Kohan, 2000, p. 184). Com o que concordamos. Não se trata de consumir as palavras dos filósofos como se consome uma fórmula matemática. Deve-se ler filosofia como se lê poesia, revivendo-a: ressuscitando-a, encarnando-a, emocionando-se com ela, reinventando-a.

Entendemos, então, que não é possível desunir filosofia de filosofar pois os dois são uma mesma coisa. O filosofar é uma disciplina no pensamento que ao ser operada vai produzindo filosofia e a filosofia é a própria matéria que gera o filosofar. São indissociáveis. A matéria filosofia separada do ato de filosofar é matéria morta, recheio de livro de estante. Para ser filosofia ela tem que ser reativada, reoperada, assim reaparecendo a cada vez. Como a malha tricotada que só aparece se houver o ato do tricotar. O leigo desavisado não vê o tricotar na malha e não saberia refazer seu caminho. A tricoteira sabe cada passo dos pontos e ao ver o tricô pode ver o tricotar, pode, a partir do tricô, reativar o tricotar que vai produzir tricô e assim sucessivamente. O movimento da razão a que chamamos filosofar se dá por intermédio de conceitos filosóficos e estes só são criados e recriados por meio do filosofar. Não há como ficar com uma coisa e dispensar a outra já que não são duas coisas e sim uma só. Não há o dilema filosofia *ou* filosofar. Filosofia é filosofar e filosofar é filosofia.

A vocação formativa da filosofia

Essa idéia pode levar-nos a uma outra, esta sobre o ensino de filosofia. Se, como dissemos, a filosofia é matéria e ato interdependentes entre si, que estão em movimento espiral de impulso mútuo e contínuo; se filosofar é produção de filosofia e filosofia é filosofar, então o que deve ser o ensino de filosofia? O ensino de filosofia deve ser produção de filosofia, deve ser filosofar. Isso pode parecer fácil de se entender, porém não antes de se perguntar: Ora, mas para que ensinar filosofia para os jovens na escola? Qual o papel formativo da filosofia? Se a colocamos dentro da escola, é para que cumpra uma determinada função na formação da subjetividade do jovem estudante. E que função é essa?

A filosofia é uma invenção da nossa civilização. Ela surge concomitantemente à Civilização Ocidental. Sempre que ensinamos sobre sua história atribuímos sua origem à passagem do pensamento mítico ao pensamento racional, nos primórdios, com os pré-socráticos, depois com

Sócrates, Platão e assim sucessivamente. A filosofia, essa mesma que queremos ensinar na escola hoje, sempre esteve presente na nossa história. Apesar disso, não achamos exagerado acusar o modo de viver de nossa civilização de antifilosófico. Hoje, acumulamos complicados processos que emperram a exploração das possibilidades de sermos humanos muito mais do que desenvolvemos uma prática reflexiva na criação de nossas subjetividades dentro de nossa cultura. Não praticamos filosofia no cotidiano. A postura do senso comum com relação ao conhecimento é mais de crença na ideologia da ciência, das tradições, da lógica da indústria que de construção autônoma e crítica de si e do mundo.

Pensamos que o justo seria educar, hoje, para que o aluno seja *outro* e não um mesmo, um mesmo que qualquer modelo, ou seja, que ele seja *ele*. O justo é educar para oferecer condições para o educando conquistar pensamento autônomo. O pensamento que conhece suas razões, que escolhe seus critérios, que é responsável, consciente de seus procedimentos e conseqüências e aberto a se corrigir. Pensamento criativo, capaz de rir de si mesmo, buscador de compreensão, sempre atento ao seu tamanho justo. Esse pensamento não se permite obediência à regra inquestionável do consumo automático, infundado e sem fim. Esse pensamento não se permite tornar-se ação baseada nos critérios da indústria. Ele não se permite o preconceito, não se permite coisificar. É, de alguma forma, uma ferramenta de libertar-se, libertação no sentido nietzscheano, libertar-se das opiniões, das obrigações, da preguiça e do medo. Afirmamos que o ensino de filosofia como experiência filosófica pode desenvolver esse pensamento.

Experiência filosófica

Dentro da idéia de experiência filosófica está a construção do aluno, criativamente por ele mesmo e também pelo professor. Não poderia ser de outro modo.

A questão que se coloca agora é: como fazer isso? Como passar por uma experiência filosófica? Ora, arriscamos a responder de antemão: exatamente como os filósofos fazem.

As inquietações dos jovens pela busca de compreensão, de significado e valor da realidade são genuínas e precisam de respeito para serem de alguma forma apaziguadas pelas respostas complexas encontradas, por mais provisórias que sejam. Portanto, tudo deve partir das questões dos alunos. Não há razão para pensarmos ensino de filosofia se não for da filosofia viva

e vivificante que pode ser construída a partir das aflições tão humanas, do estranhamento e incômodo com a ordem vigente da vida como ela se nos aparece. A filosofia surge como tentativa de elaboração de saídas para problemas concretos, por meio da criação de seus conceitos. As questões filosóficas são universais, são humanas.

As aulas de filosofia, como lugar da experiência filosófica, têm como objetivo oferecer critérios filosóficos para o aluno julgar a realidade por meio da prática do questionamento filosófico e da construção de conceitos, por meio do exercício da criatividade e avaliação filosóficas. Assim, além dos critérios e do modo de pensar da indústria, do consumismo ou da mídia, além dos critérios e do modo de pensar da tradição e da ciência, o aluno passará a dispor dos critérios e do modo de pensar da filosofia para compor seu pensamento de forma autônoma, pois autoconsciente e, portanto, metacognitivo.

O professor de filosofia deve ser filósofo

Nós afirmamos: o professor de filosofia deve ser filósofo. E por quê? O professor de biologia deve ser biólogo? O de matemática deve ser matemático? Para nós as aulas de filosofia são aulas de filosofar da mesma forma que ensinar filosofia é produzir filosofia. Assim sendo, aulas de filosofia são produção de filosofia. Nas aulas de biologia o professor não está promovendo a produção de biologia como o professor de filosofia promove a produção filosófica em suas aulas.¹ Assim se aprende a fazer filosofia: fazendo e tendo um modelo de como se faz. “Importa-me aqui o Sócrates vivo, que não ensinava filosofia mas, filosofando, fazia filosofar” (Langón, 2003, p. 90). Nas aulas de filosofia onde se promove experiência filosófica o professor não professa. Ele não apregoa, não é depositário de verdades. O professor de filosofia é um super-herói às avessas: ele cria problemas. Mas também é ele quem vai orientar sua solução. Seus poderes mágicos são sua convicção filosófica e educacional.² Esse professor tem a chave de um espaço singular onde os alunos poderão entrar para ter ali sua experiência filosófica. O modo de relacionar-se consigo mesmo, com os outros, com o texto, dentro desse espaço, será um modo diferente, será um modo filosófico.

O professor de filosofia, dentro do que entendemos, vai ensinar a pensar filosoficamente, a organizar perguntas num problema filosófico, ler e escrever filosoficamente, a investigar e dialogar filosoficamente, avaliar filosoficamente, criar saídas filosóficas para o problema investigado. E vai ensinar

tudo isso na prática. Na sua prática e na prática dos alunos. Vai ensinar tudo isso sem dar fórmulas a serem apenas reproduzidas. Não vai achar que sabe o que vai acontecer pois tudo pode acontecer já que tudo estará sendo criado novo a cada aula. Nas aulas de filosofia como experiência filosófica, o professor é um orientador, ele põe à disposição para os seus alunos os instrumentos que conhece para uma disciplina filosófica no pensamento. Cria com os alunos um grupo, uma equipe, que tem um objetivo comum: encontrar saídas para um problema elaborado por eles mesmos, de seu interesse, por meio da investigação e do estudo filosóficos. O professor sabe que sua orientação é limitada ao seu modo de compreender a filosofia e a realidade, e que, portanto, sua orientação deve conter incentivo e atenção para as possíveis criações de novos modos por parte de seus alunos.

Pensamos que a filosofia é formadora no sentido do desenvolvimento do homem como ser que busca compreensão, ser que questiona e cria saídas. Se assim é, não pode reduzir-se a servir a um plano determinado de homem, não é formativa no sentido de conformar o ser num modelo acabado. Sua formação é processo. Dessa maneira o professor, ele também, está sendo formado nesse processo. Se ele é humano e não um super-herói que tem superpoderes, ele também está, por intermédio da sua prática de filosofia, formando-se sempre. A ação desse professor é diretiva já que não pode escapar de sê-lo por ser humana, histórico-sociocorporalmente determinada. Também é dirigido o caminho de conquista da disciplina filosófica no pensamento, já que parte de caminhos já trilhados e conceitos já criados pela tradição. Mas tão e somente isso. Na sua intenção final a ação do professor é livre de expectativas, é aberta para caber, ama o novo e o diverso. O objetivo dessa ação se realiza no *estar sendo* e não no chegar a ser um algo previamente sabido. Aquilo que o professor conhece – o pensamento filosófico – será praticado pelo grupo sob sua orientação aberta e atenta, como dissemos.

O professor de filosofia é modelo

Vou afirmar que um professor de filosofia é aquele que, acima de tudo, consegue construir um espaço de problematização compartilhado com seus alunos. (...) Ensinar filosofia é antes de mais nada ensinar uma atitude em face da realidade, diante das coisas, e o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, conseqüente com esta maneira de orientar o pensamento. (Cerletti, 2003, p. 62)

E adicionaríamos ainda às palavras de nosso colega que o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, **coerente** com sua maneira de orientar o pensamento no grupo de alunos. O que vale dizer que acreditamos que não deve haver descompasso entre o que o professor fala e o que faz. Ele é modelo. (E aqui tanto faz se optamos pela palavra “modelo”, “exemplo” ou “referência”. O que importa e o que vai determinar a relação estabelecida entre o professor e o aluno é a maneira que essa relação vai encontrar e, defendemos, essa maneira deve extrapolar a imitação.) O professor é modelo que se coloca de forma tal que provoca o desejo de transcendê-lo. Modelo que é baliza enquanto esta for necessária, que é fórmula enquanto não se criou a própria maneira. É modelo mas não é matriz. Um ensina filosofia tanto quanto pode ensinar a andar de bicicleta. Mostra como, dá apoio, segura para não cair, ativa os ânimos, chama a atenção para a técnica da coisa, incentiva a busca do próprio jeito de fazer. Uma aula assim só poderá ser uma aula prática. E tal professor, antes de mais nada deve ser, ele mesmo, ciclista ou filósofo, pois que, senão, do que estará ele falando? Aquele que apenas **fala sobre** filosofia não **ensina** filosofia. Mas atenção: o primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica em sala de aula, por meio do diálogo investigativo, é que o professor seja o primeiro (o modelo) *a perder-se a si mesmo*. Que seja o primeiro a abdicar dos poderes de ter suas idéias e seu modo de pensar reconhecidos como os mais adequados e, portanto, os que devem ser adotados para cópia. Ele deve estar vazio como o bambu, pois se estiver cheio nada mais caberá. Se estiver cheio não poderá apreciar o novo, nem mesmo o reconhecerá; vai deixar passar. Se o professor não for um dos participantes desse diálogo, estando aberto a transformar-se ele também por intermédio dos outros (fazendo parte da experiência), as aulas de filosofia serão um faz-de-conta. Faz-de-conta de democracia, de conquista de disciplina filosófica no pensamento, faz-de-conta de criação de conceito, de formação de subjetividades autônomas. Isso não será educativo. Muitas vezes podemos ouvir dos professores que “aprendem muito com seus alunos”. Mas isso só não basta, mesmo que seja verdade. A transformação do professor deve ser feita de forma obscena, explícita, na emoção do momento em que acontece, no momento de ficar sem saber o que falar, no momento de ver-se diante de algo sobre o qual nunca tinha pensado antes, no momento de saber-se equivocado, ignorante, confuso ou genial. Temos que viver e assumir a transformação na hora mesma em que acontece. Somos modelo de filósofo envolvido com

seu trabalho e para isso precisamos esquecer tudo o que sabemos a cada vez que começamos. O professor é um aprendiz.

A vocação formativa da filosofia faz com que ela possa contribuir para a formação de subjetividades que sejam metassubjetividades pois têm tal consciência de si mesmas que podem estar sempre em processo de transcendência de si mesmas, de criação de si e do mundo. Assim, por intermédio da experiência filosófica educamos o outro para ser outro. A educação filosófica deve gerar a manutenção da pluralidade, do diverso, do singular. Uma ação pedagógica não deve promover a reprodução do mesmo. A formação de seres humanos autênticos rejeita a busca de consenso, ela requer o desejo de conseguir administrar o dissenso de forma que este crie sempre novas perspectivas e horizontes para a (trans)formação constante de cada um. Por meio da intenção e dos instrumentos de uma educação para o pensamento autônomo, estaríamos criando a possibilidade de amor ao diferente, ao outro. E poderíamos aí nos banquetear com a convivência criativa dos ímpares. A filosofia educa para o pensamento original. Muitas vezes caímos em tentação de educar para criar seres à nossa imagem e semelhança, mas educação de homens nada tem a ver com criação divina. Não podemos tampouco moldar os seres jovens para serem aquilo que gostaríamos de ter sido e não pudemos ser, ou mesmo para aquilo que pensamos que somos. Tudo isso seria antes mutilação de homem.

Ora, parece-me que a atividade filosófica do mestre consiste em gerar ou dar poder ao outro: isto quer dizer também fazê-lo responsável. Nisto reside a fecundidade, a atividade de “produzir” a capacidade de pensar, dizer e agir de outro, que implica a realização de pensamentos, palavras, ações diferentes das do mestre, que lhe escapam ao querer e ao “controle” (...). Querer que o outro pense, diga e faça o que queira, isto não é um querer fácil. (Langón, 2003, p. 94)

Não é um querer fácil porque é um querer de abdicar de si, é um querer de amor. O professor quer que o aluno seja ele mesmo, seja lá o que isso signifique, o professor quer que o aluno queira ser ele mesmo. Esse é um querer de busca radical da singularidade; seria o sair de si, *perder-se a si mesmo* como nos fala Nietzsche (1978, p. 50): “Uma vez que se tenha encontrado a si mesmo, é preciso saber, de tempo em tempo, *perder-se* – e depois reencontrar-se: pressuposto que se seja um pensador. A este, com efeito, é prejudicial estar sempre ligado a *uma* pes-

soa”. Perder esse si mesmo, esse ego preso ao cotidiano histórico para alcançar esse homem que está em constante transformação, criação intencional de si, o *Übermensch*, alcançar o espírito livre. “Quando é preciso despedir-se – daquilo que sabes conhecer e medir, é preciso que te despegas, pelo menos por um tempo. Somente depois de teres deixado a cidade verás a que altura suas torres se elevam acima das casas” (idem, *ibid.*). Aquele querer é também abdicar da idéia (e da prática) de professor como super-herói. Abandonar os arquétipos que assumimos sem questionamento. Abandonar as imagens de nós mesmos que assumimos ao obedecer os “tu deves!”.

Se a prática do professor de filosofia for assim como desenhamos aqui, estaremos perto da possibilidade de transpor o beco sem saída em que Nietzsche coloca o ensino regular de filosofia em instituições de ensino. Segundo ele, o Estado (já que a universidade está submetida a ele) dá-se o poder de selecionar alguns filósofos para ocupar suas cátedras (como se pudesse ele decidir entre bons e maus filósofos). Além disso, o professor de filosofia escolhido é obrigado a submeter-se a atividades e horários predeterminados para pensar em público sobre coisas também predeterminadas. Seria ele então um *servo filosófico*.

(...) o Estado constringe aqueles que selecionou a passar um tempo em um lugar determinado, em meio a homens determinados, para uma determinada atividade; eles devem instruir cada jovem acadêmico que tenha vontade, e isto quotidianamente em hora estabelecida. Pergunta: pode realmente um filósofo com boa consciência empenhar-se a ter todo dia algo a ensinar? E ensiná-lo a qualquer um que queira ouvir? Nem deve, talvez, dar a impressão de saber mais do que sabe? Não deve falar, diante de um auditório desconhecido, de coisas das quais poderia falar, sem perigo, somente com os amigos mais próximos? E sobretudo: não se despoja assim da sua esplêndida liberdade – de seguir o seu gênio quando este chama e na direção que indica –, dado que em hora estabelecida é obrigado a pensar em público sobre coisas predeterminadas? E tudo isso diante de jovens! Uma tal maneira não está, por assim dizer, antecipadamente emasculada? O que aconteceria se um belo dia ele sentisse: “hoje não posso pensar, não me vem em mente nada de sensato” – e todavia devesse colocar-se na cátedra e dar a impressão de pensar? (Nietzsche, 1999, p. 34)

A tensão entre ser filósofo e ensinar filosofia que se cria com essa posição nietzscheana pode ser superada se tomarmos o ensino de filosofia como produção de filosofia. No caso das aulas de filosofia como expe-

riência filosófica o professor não está sendo pago para ter idéias ou para ensinar idéias. Ele tem o papel de orientar um grupo que estuda e investiga junto e tem o papel de provocar os alunos para que tenham idéias. Poderá ele também ter idéias, é claro, e poderá tratar delas sem medo, poderá dedicar-se às “*coisas das quais poderia falar, sem perigo, somente com os amigos mais próximos*”. Mas não serão suas idéias o fio condutor do curso. Da mesma forma um professor de educação física não está na aula para demonstrar seu desempenho atlético mas para coordenar, incentivar e ensinar os alunos, e isso ele poderá fazer mesmo se não estiver com inspiração ou disposição para praticar esportes.

Aulas de filosofia: espaço de criação

Aqui queremos chamar a atenção para um ponto que fica nebuloso até então: dizer que o professor de filosofia produz filosofia em sala de aula com os alunos não significa afirmar que ele o faça *apenas lá e apenas com alunos*. O professor pode (e deve) desenvolver seu trabalho de filósofo em outros grupos ou sozinho. Envolvido com seu trabalho como professor ele terá que estar a todo momento avaliando seus cursos e suas ações, assim estará necessariamente envolvido com a filosofia do seu ensino e com a filosofia da educação. Poderá promover reflexões solitárias ou em grupos, poderá produzir textos, participar de congressos, entre outras atividades. Da mesma forma que poderá estar envolvido com outras questões e desenvolver trabalho filosófico na universidade ou fora dela. Melhor ainda se for possível o diálogo entre essas duas facetas desse professor: ensino e pesquisa desembocando numa só atividade de forma que uma enriqueça a outra. Aqui ele ainda é modelo. Ele pratica suas idéias e estuda sua prática.

As aulas de filosofia como lugar de experiência filosófica são lugar de estudo e produção filosóficos. Nelas a cada dia surge o novo pois são espaço de criação. Sendo assim é movimento de provocação: provoca-se o surgimento de pensamento original, provoca-se a busca de compreensão, provoca-se a checagem do que se chamou de meu e de eu até então, provoca-se a imaginação do que poderia ser e do que não está. É o professor o responsável pelo nascimento desse espaço onde acontece esse jogo. Neste sentido o professor é um provocador. As relações que são criadas entre os participantes dessa experiência, revelam uma equipe ou um time que joga, não competitivamente contra um adversário, mas entre

si, com o objetivo comum de construir saídas filosóficas para seus problemas. As aulas de filosofia são desestabilizantes pois assim é a filosofia: assim que acaba de encontrar-se, perde-se de novo, deliberadamente. Essas aulas têm vocação para serem emocionantes, não são apenas cerebrais. Numa educação assim o educando delibera e vive aquilo. E, como num jogo, o professor deve sempre deixar claros seus objetivos pedagógicos, seus métodos e suas estratégias para que possa existir a consciência e convivência de todos quanto às regras.

Agora perguntamos: Quem de nós sabe fazer isso? Temos que inventar. Não há manuais para as aulas de filosofia. Não é possível fazer um manual para algo que ainda não veio a ser. Há sim, no mercado editorial, livros para o ensino de filosofia. Mas estes não podem servir para nada além de, no máximo, trazer elementos para a criação própria e fresca de cada professor para cada aula. O que equivale dizer que o professor deve ser o criador de instrumentos e estratégias. A cada diferente grupo, a cada diferente ano ou escola, é necessário inventar os personagens coadjuvantes das nossas aulas. Alguns se prestam a ser repetidos, outros não. Assim o professor-filósofo é também um artesão. Ele vai confeccionar exercícios, vai selecionar textos, ele vai criar atividades e jogos. E assim, exercitando sua criatividade, será também modelo de criatividade.

Ensino filosófico de filosofia e poder

Ora, poderíamos perguntar: O fato de o professor ter toda a liberdade de selecionar os conteúdos e as estratégias do curso não representaria um impedimento para o exercício da autonomia dos alunos? Antes de mais nada, vamos nos lembrar que a investigação para a qual o professor se reserva o direito de escolher materiais surge do problema elaborado com os alunos, que partiu das perguntas de interesse dos alunos. Em segundo lugar, gostaríamos de fazer uma distinção interessante que tomaremos de empréstimo de Rancière na sua obra que traz à discussão o *Ensinamento universal* de *Monsieur Jacotot*. Segundo o autor, há no processo de educação duas inteligências e duas vontades. O aluno pode submeter-se à vontade do mestre mas jamais à sua inteligência.

(...) no ato de ensinar e de aprender há duas vontades e duas inteligências. Chamar-se-á embrutecimento à sua coincidência. Na situação experimental criada por Jacotot, o aluno estava ligado a uma vontade, a de

Jacotot, e a uma inteligência, a do livro, inteiramente distintas. Chamar-se-á emancipação à diferença conhecida e mantida entre as duas relações, o ato de uma inteligência que não obedece senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma outra vontade. (Rancière, 2002, p. 31-32)

Isso é bastante semelhante ao que vimos defendendo até aqui. O professor seleciona conteúdos, estratégias, atividades porque ele conhece a disciplina filosófica, conhece a história da filosofia, tem a sua experiência filosófica. Os alunos não teriam condições de fazer isso sozinhos. Mas, quanto à experiência filosófica dos alunos, o professor é orientador, ele conhece processos de filosofar e poderá ser o apresentador e coordenador do processo de filosofar com os alunos. Ele fará isso de maneira que dê espaço para o desenvolvimento do pensamento autônomo dos jovens, para contribuir com a formação de subjetividades originais. Ele quer educar o outro para ser outro. Assim, usando os termos de Jacotot, a inteligência do aluno não se submete à do professor embora sua vontade possa fazê-lo. Assim, ainda uma vez nas palavras de Jacotot, esse seria um processo de emancipação e não de embrutecimento.

O professor faz um programa de curso, decide coisas e mais coisas. Paralelamente a isso é modelo de inteligência em uso, modelo de pensador filosófico: aceita tentativas dos alunos, deixa espaço para que elas surjam, e espera que o aluno transcenda suas decisões e seu modo de fazer. Ao selecionar conteúdos o professor deve cuidar para fazê-lo de forma que monte um prisma em torno do aluno e não uma parede em sua frente, o que equivale dizer que o professor deve fazer essa seleção de maneira filosófica, tentando representar as diversas possibilidades de aspectos de se ver a questão. O conteúdo da filosofia, propriamente, é o filosofar, quer dizer, são suas questões, sua investigação ou “métodos”, sua linguagem, seus conceitos, sua história. Não podemos aceitar que se chame conteúdo filosófico o conjunto de idéias de um determinado pensador. Não podemos aceitar que o professor selecione este que chama de conteúdo para levar os alunos a determinadas conclusões. O conteúdo, quando imaginado como ferramenta, passa a ser doutrina, teoria escolhida para leitura do real.

Ao afirmar a autonomia do professor na confecção do curso, estamos supondo que ele tenha claras para si suas certezas educacionais e filosóficas. (Mesmo que, sabemos, essas certezas sejam efêmeras, já que são parte de um movimento autoconsciente: auto-reflexivo, autocrítico, autocriativo.) Isto é, se o professor não passa por uma constante prática de pensar filosoficamente

sobre o ensino da filosofia, ele não conseguirá escolher critérios para selecionar conteúdos, estratégias e instrumentos para montar seu programa de curso. Se o professor não pensa filosoficamente sobre o significado de seu trabalho na escola, ele não tem autonomia para criar-se como professor e tampouco segurança teórica e reflexiva para defender sua prática. Cada professor, dependendo de sua posição filosófica/educacional, dependendo de sua realidade de sala de aula, poderá ter a liberdade de criar sua prática fundamentada em suas idéias, sempre reavaliadas pela necessidade de revisão que a própria prática oferece. Não há no Brasil, hoje, a obrigatoriedade do ensino de filosofia para jovens na escola. Assim, não há programa definido, não há formas e conteúdos eleitos para o professor iniciante apoiar-se. Mais ainda, portanto, o professor deve estar seguro da sua idéia de filosofia na escola, de filosofia para jovens para poder ser um inventor responsável.

E não só isso como, se o professor é modelo e quer contribuir para a formação de mentes livres, autônomas, deve ele também exercitar sua autonomia e liberdade de pensamento. As duas coisas estão vinculadas de forma inseparável: não há como desejar e planejar uma ação pedagógica que leve à autonomia se quem planeja não for ele mesmo autônomo.

Como aprendemos a ser um professor assim? Temo que a única resposta seja: aprendemos a fazer assim fazendo. Quer dizer, só na prática é que iremos descobrindo nosso modo/modelo de professor-filósofo praticante, orientador provocativo, artesão reflexivo, livre de expectativas formatadoras. Antes da prática, porém, a convicção de que essa seja uma boa maneira de se pensar e praticar o ensino de filosofia.

Se a filosofia pode contribuir na educação do outro para ser outro, significa que ela se lança ao desconhecido. Abdica de qualquer poder de controle da formação para apreciar aquilo que possa vir a ser criado. O professor de filosofia aposta no que virá, mesmo que este seja desobediente à sua ordem das coisas, mesmo que este seja contrário e até incompreensível, tão outro que seja esquivo à posse e à comunhão. O outro, autônomo, cria seu mundo e a si e o professor aposta.

A educação como figura do porvir é, por exemplo, dar uma vida que não será a nossa vida nem a continuação da nossa vida, porque será uma outra vida, a vida do outro, e porque será o porvir da vida ou a vida por vir. Ou dar um tempo que não será o nosso tempo nem a continuação de nosso tempo, porque será um outro tempo, o tempo do outro, e porque será o porvir do tempo e o tempo por vir. Ou dar uma palavra que não será a nossa palavra nem a continuação da nossa palavra porque será uma outra palavra, a palavra do ou-

tro, e porque será o porvir da palavra ou a palavra por vir. Ou dar um pensamento que não será o nosso pensamento nem a continuação do nosso pensamento, porque será um outro pensamento, o pensamento do outro, e porque será o porvir do pensamento ou o pensamento por vir. Ou dar uma humanidade que não será a nossa humanidade nem a continuação da nossa humanidade, porque será uma outra humanidade, a humanidade do outro, e porque aí entra em jogo o porvir do homem ou o homem por vir.

Desse ponto de vista, a educação tem a ver com o talvez de uma vida que nunca poderemos possuir, com o talvez de um tempo no qual nunca poderemos permanecer, com o talvez de uma palavra que não compreenderemos, com o talvez de um pensamento que nunca poderemos pensar, com o talvez de um homem que não será um de nós. Mas que, ao mesmo tempo, para que sua possibilidade surja, talvez, do interior do impossível, precisam de nossa vida, de nosso tempo, de nossas palavras, de nossos pensamentos e de nossa humanidade. (Larrosa, 2001, p. 289)

Recebido em maio de 2004 e aprovado em junho de 2004.

Notas

1. Sabemos que na sociologia do currículo muito se discute sobre a produção de uma disciplina escolar paralela à produção científica. Não nos opomos à idéia de que se possa produzir biologia nas aulas de biologia. Porém, em filosofia o que queremos é que se produza a mesma filosofia dentro e fora de sala de aula. O tipo de criação de conceitos que se opera nas aulas não deve ser distinto em nada da produção de filosofia em qualquer lugar, seja ela coletiva ou não. A pesquisa em biologia depende de suporte tecnológico e *background* científico que na filosofia não há.
2. A idéia geral que temos do ofício de professor, sua noção arquetípica, é a daquele que “sabe tudo”. Ele nunca erra, é infalível. Ele tem o poder de avaliar e julgar a todos, tem seus destinos nas mãos. Ele se coloca como um modelo a ser copiado muito mais no que diz do que no que faz. Agrada-lhe o consentimento e a obediência dos alunos. Muitos de nós, provavelmente, quando crianças sentamos nossos irmãos menores enfileirados, em caixotes no quintal, e com uma vara na mão fingíamos ser o professor que grita ordens o tempo todo. Muitas vezes brincamos disso sem nunca termos ido à escola ainda. Quem imitávamos? Temos introjetada a idéia de que um professor é uma espécie de super-herói, com superpoderes: um desumano.

Referências bibliográficas

CERLETTI A. Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GALLO, S.; KOHAN, W. *Filosofia no ensino médio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Pensadores”).

LANGÓN M. Filosofia do ensino de filosofia. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LARROSA J. Dar a palavra. Notas para uma dialógica da transmissão. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

NIETZSCHE F. *Humano, demasiado Humano*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção “Os Pensadores”).

NIETZSCHE F. *Schopenhauer como educador* (Considerações extemporâneas III). Trad. Adriana Maria Saura Vaz. Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

OBIOLS G. *Uma introdução ao ensino da filosofia*. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2002.

RANCIÈRE J. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2002.